
DINÂMICA DA ECONOMIA MARANHENSE NOS ANOS 2000: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO E O NÍVEL EDUCACIONAL

Paulo Roberto Correia Sousa ¹

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica da economia maranhense nos anos 2000, evidenciando o mercado de trabalho e o nível educacional. Antes, porém, faz-se, uma abordagem da teoria do capital humano. Para atingir o objetivo proposto, utilizam-se alguns indicadores sobre a estrutura e a dinâmica da economia do estado ao longo das últimas décadas, como o Produto Interno Bruto, a participação dos setores de atividade econômica na composição do valor adicionado, a geração de empregos formais por setores de atividade e por escolaridade, o rendimento médio, o coeficiente de Gini da renda e a população por nível de instrução. Observa-se nos resultados desse trabalho que parece haver indicação de que existe uma relação positiva entre o nível de atividade, a inserção da força de trabalho formal e o grau de instrução.

Palavras-Chave: Maranhão. Mercado de Trabalho. Educação.

DYNAMICS OF THE MARANHAN ECONOMY IN THE 2000S: CONSIDERATIONS ON THE LABOR MARKET AND EDUCATIONAL LEVEL

ABSTRACT: The present work aims to analyze the dynamics of the economy of Maranhão in the 2000s, showing the labor market and the educational level. Before, however, an approach to the theory of human capital is made. To achieve the proposed objective, some indicators are used on the structure and dynamics of the state's economy over the last decades, such as the Gross Domestic Product, the participation of sectors of economic activity in the composition of added value, the generation of jobs formal by activity sectors and education, average income, income Gini coefficient and population by level of education. It is observed in the results of this work that there seems to be an indication that there is a positive relationship between the level of activity, the insertion of the formal workforce and the level of education.

Keywords: Maranhão. Job market. Education.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas (UFMA); Especialista em Gestão de Projetos (FAENE) e Gestão Pública (UEMA); Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE/UFMA). E-mail: prcsousa@hotmail.com. Link para CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8512947033732880>

1. INTRODUÇÃO

A acumulação capitalista tem rebatimentos importantes em diferentes setores, sendo que se estabelece, historicamente, de várias formas, como por exemplo, no eixo da educação, na qual faz-se presente, na estrutura do Estado através de suas políticas governamentais. A teoria do capital humano ajuda a entender algumas lacunas que estão em contraponto, ao longo da década de 2000, com as práticas educacionais e o desenvolvimento econômico.

O artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da economia maranhense nos anos 2000, evidenciando tanto o mercado de trabalho, quanto o nível educacional dos empregados e da população em geral. Para a consecução de tal objetivo, levantaram-se alguns indicadores da economia do estado, como a estrutura produtiva através do Produto Interno Bruto (PIB) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grau de escolaridade dos empregados formais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgados anualmente pelo Ministério do Trabalho (MTE) e o nível de instrução da população da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

A fim de alcançar o objetivo proposto, o trabalho está dividido em mais 2 seções, na primeira serão expostas a relação teoria do capital humano e educação que consistem na asseveração do elo entre crescimento econômico, investimento educacional e melhores rendimentos para o trabalhador. Serão explanados os estudos dos principais teóricos que abordaram sobre o capital humano, como por exemplo, em sua gênese, Adam Smith, Marshall e Marx e desembocando para os teóricos fundadores da teoria que são Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer.

Na segunda seção buscar-se-á analisar a inter-relação existente entre mercado de trabalho e nível educacional, sendo desenvolvido através da dinâmica da economia maranhense nos anos 2000, levantando alguns indicadores sobre a estrutura e a dinâmica da economia do estado como o Produto Interno Bruto, a participação dos setores de atividade econômica na composição do valor adicionado, a geração de empregos formais por setores de atividade e por escolaridade, o rendimento médio, o coeficiente de Gini da renda e a população por nível de instrução.

2. A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E EDUCAÇÃO

A teoria do capital humano consiste no conjunto de habilidades ou potencialidades do indivíduo investida ao longo de sua vida, sendo os investimentos realizados com qualificação, saúde, experiência e tomada de ações. Ela foi publicada em 1962 na revista americana *Journal of Political Economy*, por Theodore Schultz, a partir de um programa de estudos da Universidade de Chicago. No entanto, antes da sua publicação no meio científico, alguns estudiosos, em suas análises, já abordavam a temática.

Os primeiros teóricos, os economistas clássicos, analisavam a educação como uma condição do trabalho em que a formação do trabalhador interferia diretamente na produtividade do trabalho. Fonseca (1992) mencionou que os clássicos tendiam abordar a educação pelo lado do bem-estar social, - como sendo somente uma questão humanitária-, do que pelo lado do capital humano em si, ou seja, pelo esforço de investimento e de formação de capital produtivo de uma nação, como parte do esforço da acumulação de capital.

Smith (1988) é considerado como um dos primeiros estudiosos a realizar uma abordagem aproximada sobre o tema do capital humano na obra “A riqueza das Nações”. O seu estudo discorre sobre a capacidade humana de alcançar a prosperidade com o próprio esforço natural. Destaca-se esta característica como propriamente individual, sem interferência externa, especificamente do Estado.

Um dos economistas neoclássicos do século XIX que melhor compreendeu a importância de se investir em capital humano, foi, sem dúvida, Marshall, no qual buscava uma reforma social baseada na erradicação da pobreza e no desenvolvimento econômico. Sua herança nos mostra a relação existente entre pobreza e produtividade, enfatizando fatores microeconômicos tais como: capacidade de iniciativa e de inovação e capacidade para o trabalho qualificado.

O subdesenvolvimento resulta da falta de capital humano, mais do que a falta de capital físico e financeiro ou de recursos naturais como adverte Fonseca (1992, p. 78) “o verdadeiro gargalo com que se defrontam as economias menos desenvolvidas não é a escassez de capital em sentido físico (equipamentos), ou mesmo de capital financeiro (poupança), mas sim a escassez de capital humano (gente competente naquilo que faz para ganhar a vida)”.

A conceituação de capital humano é representada por Fonseca (1992, p. 79) “o grau da capacidade da comunidade para o trabalho qualificado, a inovação científica e tecnológica, a liderança, a iniciativa e a organização em nível empresarial privado e na vida pública”. Tal capacidade está relacionada justamente com o nível de saúde, nutrição e educação da comunidade, ou seja, investimento em saúde, nutrição e educação sinaliza investimento em capital humano. “Outros elementos do capital humano da comunidade são: pontualidade, confiabilidade, persistência, capacidade de concentração e de autoajuda, disciplina e senso de independência” (FONSECA, 1992, p.79).

Para Marshall (1996), a riqueza imaterial é compreendida como uma forma de capital humano, baseada em um arcabouço que definem as qualidades e as habilidades. Esse aspecto seria necessário para a qualificação profissional, pois com o conhecimento técnico o trabalhador exerceria suas funções de forma resoluta. Esta capacitação, para o autor, deveria se iniciar desde a infância, sendo de responsabilidade dos pais e do Estado à garantia desta educação, no intuito de revelar novos talentos para contribuir com a riqueza nacional.

As riquezas imateriais estão classificadas em duas formas: capacidades profissionais e também para recreação, como prática da leitura, preferências musicais; e capacidades exteriores aos indivíduos, como a relação de confiança e as relações negociais (MARSHALL, 1996).

Contudo, nem todos os indivíduos possuem riqueza imaterial, pois esta depende diretamente do investimento despendido em educação. A riqueza pessoal seria exatamente o nível educacional, o aprofundamento das habilidades. Marshall (1996, p. 124) utiliza o termo “pessoas industrialmente eficientes” para definir a razão para a qualificação profissional. O ideal seria a busca pela eficiência como uma forma de aumento na produtividade laboral e esta seria propriamente a riqueza pessoal do trabalhador.

Marshall acreditava que para seguir essas ideias e implementá-las de fato, “o Estado deveria desencadear e liderar o processo.” Seria uma forma de impor a proteção dos grupos sociais menos favorecidos, no caso os menores de idade que não conseguem defender seus próprios interesses (FONSECA, 1992, p.82). Concerne um fato de interferência do Estado na economia, já que os menores de idade são incapazes de defender seus interesses no mercado, não podendo, assim, se responsabilizar pela sua própria educação.

Ressalta-se que a boa educação não é ofertada de forma equilibrada, pois como depende diretamente do investimento dos pais e do Estado, muitos acabam não tendo a oportunidade de receber a qualificação adequada, com isso, muitos talentos acabam sendo desperdiçados. A consequência para o trabalhador que tem pouca qualificação seria os cargos de menor exigência, pois um profissional sem tantas habilidades é atribuído funções mais simples e com menor remuneração. Dessa forma, Marshall (1996, p. 268) afirma “Não há extravagância mais prejudicial ao crescimento da riqueza de uma nação do que esse desperdício, que faz com que se percam, num trabalho inferior, os homens de talento nascidos de pais pobres”.

Marx (1996) aborda o capital humano como uma forma de mercadoria fornecida pelo próprio trabalhador que finda em uma crítica ao próprio capital. Isto, pois, nesta ocasião o trabalhador seria seu próprio capitalista que investe na formação para se tornar mais qualificado e competitivo no mercado, no intuito de aferir lucratividade com sua própria força de trabalho.

O capital humano seria uma forma de “reificação”, pois transforma as habilidades humanas em propriedade/mercadoria do próprio trabalhador, sendo esta sua garantia de vida. Marx (1996) realiza duas análises sobre o capital humano, a primeira diz que para aferir lucratividade, o indivíduo deve efetivamente trabalhar utilizando as suas habilidades. Isso demonstra a insuficiência do aprimoramento desvinculado com a prática, pois a razão pela qualificação profissional estaria na ocupação de melhores funções e no aumento de renda. Contudo, caso o indivíduo qualificado não trabalhe e coloque em prática suas aptidões, o capital humano não atingiria seu fim. O outro posicionamento é que o capital humano não determina necessariamente uma liberdade laboral, pois o sujeito empresta sua capacidade para o empregador usá-la. Dessa forma, o capitalista continua utilizando a força de trabalho do operário, findando na perpetuação de uma escravidão laboral.

Outros teóricos abordaram o capital humano em suas análises, porém apenas em 1979 o tema foi formalizado, tornando-se, portanto, uma teoria. Os economistas Theodore Shultz, Gary Becker e Jacob Mincer foram os responsáveis por desenvolver os estudos sobre o tema a partir de um programa de pesquisa na Universidade de Chicago (BLAUG, 1994).

A teoria foi publicada em 1962 na revista americana *Journal of Political Economy* e Theodore Schultz, coordenador do programa de pesquisa da

Universidade de Chicago, relacionou, em seus estudos, o aprendizado como um capital e o investimento na qualificação como uma forma de aumentar a produtividade/lucratividade.

A capacidade do ser humano em reter conhecimento e aumentar suas habilidades em determinadas esferas era um conceito explícito para Schultz (1973). Contudo, restava uma incógnita com a relação entre essas habilidades e o capital, ou seja, como essas habilidades interferem no desenvolvimento regional e na renda individual.

Schultz (1973) constatou que determinadas habilidades não são adquiridas ao nascer ou após o período escolar. Para uma contribuição positiva com o crescimento econômico, o investimento em conhecimento do trabalhador deve ocorrer por vontade própria, por meio de uma real aplicação de tempo e de esforços para aumentar seu capital ou meio de produção. O autor conclui que esta competência adquirida faz com que o empregado evolua, sendo assim melhor produtor – do seu capital humano - e melhor consumidor.

O desenvolvimento de novas tecnológicas também é um dos relevantes propósitos para a busca por mais qualificação. Diferentes máquinas são criadas para ampliar a especificidade e o rendimento nas empresas, fazendo-se essencial o conhecimento técnico para o seu manuseio. Novas formas também de planejamento, gestão, administração, entre outras, são elaboradas no intuito de melhorar a produtividade do tempo e do labor nas empresas. Profissionais que estão preparados para as inovações tecnológicas e dos novos meios de produção, possuem melhores e mais oportunidades.

Ressalta-se que as dificuldades e os problemas econômicos são resolvidos por meio dos profissionais qualificados. Schutz (1973) afirma que o mercado sofre, em diversas ocasiões ou regiões, desequilíbrios, como a desproporção entre a oferta e a demanda no comércio de bens, serviços e trabalho. Diante desse cenário, profissionais capazes de lidar com esses problemas se destacam e também têm uma maior capacidade em minimizar os dados advindos do próprio desequilíbrio econômico. Soma-se também a importância na formação de consumidores que saibam tomar decisões diante de situações de crise, como realizar ou deixar de fazer determinadas ações.

Assim sendo, o aumento da capacidade laboral traz relevantes consequências para a economia, como também o aumento na renda do trabalhador

e no seu poder de compra, movimentando assim o mercado de bens e serviços. Ainda, há um considerável crescimento nos índices da poupança e na expectativa de maiores ganhos.

Se o coeficiente de todo capital em relação à renda permanece essencialmente constante, então o crescimento econômico inexplicado, que tem sido de uma presença tão perturbadora, tem a sua origem primordialmente a partir da elevação do acervo do capital humano. (...) as capacitações econômicas do homem são predominantemente um meio fabricado de produção e que, à exceção de alguma renda pura (em rendimentos) para marcar as diferenças em capacitações herdadas, a maioria das diferenças de rendimentos é uma diferença nos quantitativos que foram investidos nas pessoas. (...) a estrutura dos ordenados e dos salários é determinada primordialmente pelo investimento na escolarização, na saúde, no treinamento local de trabalho, na busca de informações acerca das oportunidades de empregos, e pelo investimento na migração. (...) uma distribuição mais eqüitativa de investimentos no homem igualiza os rendimentos entre os agentes humanos (SCHULTZ, 1973, p. 66).

Baseado nos estudos de Adam Smith sobre a necessidade da existência de um equilíbrio em mão de obra, emprego e capital para não gerar desigualdade, Schultz (1973) pontua que o desenvolvimento de uma nação não depende somente do investimento em qualificação, mas é necessária uma adequada e correta educação.

A quantificação do capital humano é realizada por Schultz (1973) a partir da discriminação de denominadores que são relevantes para a formação do capital humano. Estes são compreendidos como: os recursos desprendidos para a saúde, os treinamentos ofertados pelo empregador, o nível escolar- fundamental, médio ou superior-, a participação em projetos de estudo e a inter-relação familiar. Contudo, a mensuração do valor educacional é calculada a partir de três aspectos: nível escolar completo, relação entre o período de tempo e o nível escolar e investimento para custeio dos anos escolares.

Em relação à quantificação do capital humano, Becker (1975), entendia que o capital humano possui o caráter humano, ou seja, o indivíduo já possuía determinadas habilidades básicas. No entanto, ao longo do seu estudo e da qualificação profissional, o sujeito iria aumentar seu capital humano.

A contribuição de Gary Becker (1975) envolvia a relação entre crescimento econômico, rendimentos e qualidade de vida. O crescimento econômico seria uma consequência do aumento dos rendimentos e da qualidade de vida que envolve a saúde e bem-estar do trabalhador e seus familiares.

Um trabalhador que por escolha própria decida investir em qualificação profissional, ou seja, investe no seu capital humano, por consequência, afere melhores funções na seara do trabalho. O Estado se beneficia com o aumento da capacitação profissional dos trabalhadores, pois há um crescimento na produtividade, no retorno dos lucros e na solução de problemas regionais, contribuindo para a sociedade e também para o indivíduo.

Para a teoria do capital humano, há uma reação em cadeia, pois o indivíduo que investe em si mesmo alcança melhores funções ou oportunidades laborais e, por consequência, eleva o desenvolvimento econômico e fomenta novos investimentos, em áreas como saúde e bem-estar.

A escola exerce função primordial para o acúmulo do capital, pois esta é a fase inicial para a especialização em alguma habilidade ou mesmo a definição de qual habilidade aprimorar de forma mais específica. Becker (1975) realiza uma comparação entre a escola e uma empresa, na qual as duas fomentam a aquisição do conhecimento, seja em nível escolar ou em treinamento sobre bens ou serviços.

Becker (1975) chega à conclusão equacional dos valores sobre o investimento na educação que são o resultado da subtração entre o recebimento atual e o custo para o investimento na educação, sendo o gasto o somatório entre o custo direto e o custo de oportunidade. Esse resultado representa uma análise entre a comparação do empregado que recebeu treinamento basal e o outro empregado com treinamento específico e aprofundado. Inicialmente, o empregado que tem apenas a escolaridade básica possui vantagem quanto ao outro trabalhador.

Isso ocorre devido ao custo de tempo e de capital financeiro para aumento do capital intelectual/humano. O mesmo autor afirma que as empresas, a priori, têm uma preferência pelo profissional com escolaridade básica, pois este possui maior nível de produtividade e com um menor custo. Diante disto, alguns empregadores investem em treinamentos para a capacitação profissional e especificação do trabalho destes empregados.

Contudo, há um relevante risco com essa atitude, pois alguns empregados, após o treinamento, acabam procurando outras oportunidades e a empresa não tem um retorno efetivo do custo despendido para os treinamentos. As empresas deixam de investir nesses profissionais em início de carreira e o próprio indivíduo, para alcançar melhores ganhos, deve procurar por conta própria aumentar seu capital humano e que também resulta em maiores custos.

Dessa forma, um profissional sem treinamento específico recebe mais do que um profissional com maior capital humano, pois teve menos custos para investir em mais treinamentos e em uma maior escolaridade. Todavia, no decorrer do tempo, há um retorno do trabalhador treinado com os gastos com educação e declina para uma continuidade, sem aumentos na renda, do trabalhador sem treinamento, e um acréscimo considerável na renda do trabalhador com maior capital.

Jacob Mincer (1995) também utilizou da econometria para analisar o elo entre qualificação e distribuição de renda. Ele observou que a necessidade em atribuir tempo para o desenvolvimento ou aprimoramento de funções é determinada pelo próprio indivíduo e a divisão do trabalho era determinada pela qualificação profissional. A experiência profissional também constitui como um fator para aumento do capital. Dessa forma, Mincer concluiu que havia relevante interação entre as diferentes funções no ambiente de trabalho, a remuneração e o investimento no capital humano realizada pelo trabalhador.

Mincer (1995) formulou a “equação modelo de escolaridade” que corresponde à integração entre os anos de escolaridade, os ganhos atuais e o ganho de uma pessoa sem escolaridade. Com isso, chega-se ao resultado de ganho de renda para cada ano dispendido para o estudo, denominado também de taxa de retorno educacional.

Ressalta-se de forma breve que não é pacífico a aceitação da teoria do capital humano em oposição à ideia corporativa do ser humano enquanto capital humano, existindo, assim, diversos autores críticos a essa teoria. No entanto, não será discutido neste artigo, em razão de não ser tema central para explanação.

Diante da breve explanação teórica sobre o capital humano, desde sua origem até o seu desenvolvimento, busca analisar se o elo entre o capital humano e o nível de atividade constitui como uma relação assegurada. Para isso, será necessário o estudo de dados estatísticos que serão abordados na próxima seção.

3. DINÂMICA DA ECONOMIA MARANHENSE NOS ANOS 2000

A inter-relação entre a educação e o nível de atividade da economia do estado do Maranhão leva a vários indicadores capazes de demonstrar a real situação em que se encontra a economia maranhense. As regiões brasileiras

possuem grandes diferenças, na qual os indicadores econômicos e sociais demonstram as desigualdades nas estruturas produtivas. Ao longo dessa seção, serão analisados os indicadores pertinentes que justificam essa relação existente, esses dados são na sua maioria, dos planos nacional e regional, especialmente do Estado.

A economia maranhense nos anos 2000 marca uma mudança da sua trajetória de crescimento econômico, se comparada com as décadas anteriores. De acordo com a Tabela 1, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no período 2002 a 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou expansão da participação do Estado do Maranhão na composição do PIB nordeste e também do PIB Brasil. A participação do Nordeste no total do PIB brasileiro foi estável ao longo dos anos, mostrou-se modesto com relação às outras regiões, chegando ao final do período com participação de 14,3% e com média de 13,4%.

Tabela 1 PIB do Brasil; participação do Nordeste e Maranhão no PIB brasileiro; e participação do PIB do MA no PIB do NE de 2002 a 2016

	Brasil (em milhões R\$)	$\frac{NE}{BR}$	$\frac{MA}{BR}$	$\frac{MA}{NE}$
2002	1.477.822	13,0%	1,05%	8,06%
2003	1.699.948	12,8%	1,09%	8,52%
2004	1.941.498	12,7%	1,11%	8,75%
2005	2.147.239	13,1%	1,18%	9,03%
2006	2.369.484	13,1%	1,21%	9,20%
2007	2.661.345	13,1%	1,19%	9,09%
2008	3.032.203	13,1%	1,27%	9,68%
2009	3.239.404	13,5%	1,23%	9,11%
2010	3.885.847	13,5%	1,19%	8,86%
2011	4.376.382	13,3%	1,19%	8,94%
2012	4.814.760	13,6%	1,26%	9,26%
2013	5.331.619	13,6%	1,27%	9,34%
2014	5.778.953	13,9%	1,33%	9,54%
2015	5.995.787	14,2%	1,31%	9,25%
2016	6.267.205	14,3%	1,36%	9,50%
Média		13,4%	1,22%	9,08%

Fonte: IBGE/Contas Regionais (respectivos anos). Elaboração própria.

No período analisado, observa-se que entre os anos de 2002 e 2008 a participação do Maranhão nos PIBs do nordeste e do Brasil apresentou uma tendência ascendente, com exceção do ano de 2007. Já os anos que seguem - 2009

e 2010-, esta participação sofre redução devido à crise financeira internacional de 2008, o que mostra a vulnerabilidade da economia brasileira, em especial a maranhense, em relação aos efeitos recessivos da crise de outros países.

Os anos seguintes, de 2011 a 2014 a participação volta a expandir, no entanto, o ano de 2015 sinaliza o início da crise financeira, política e institucional brasileira com participação de 1,31% no PIB Brasileiro e 9,25% no PIB do Nordeste, mostrando recuo do produto maranhense. O ano de 2016, a economia do Maranhão voltou a crescer com participação de 1,36% no PIB Brasileiro e 9,50% no PIB do Nordeste. Ao analisar a média de todo o período, a participação no PIB Nacional ficou de 1,22% e no PIB regional de 9,08%.

O crescimento econômico da região nordeste, principalmente do Estado do Maranhão, ao longo do período analisado, foi amparado pela conjuntura dos fatores agregados de condições macroeconômicas estáveis. Nesse cenário de crescimento e estabilidade, o Maranhão recebeu investimentos da política expansionista do Governo Federal, com a mudança de governo e de partido em 2002, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), e que logo depois do seu segundo mandato, a presidência foi ocupada pelo mesmo partido, mas na figura de Dilma Vana Rousseff.

A prioridade de mudança da política econômica esteve presente na transferência de renda e no estímulo ao crédito, que justamente beneficiavam grande parcela da população mais pobre, sendo o Maranhão um dos Estados que mais precisava dessa intervenção. A dinâmica da economia maranhense foi ganhando proporções à medida que essas políticas aumentaram a renda disponível e o consumo das famílias, aquecendo, assim, os setores da indústria, comércio e serviços. (Tabela 2).

O aumento da participação do Estado do Maranhão na composição do PIB tanto no plano nacional quanto no regional pode ser observado com mais acerto na análise setorial de crescimento econômico, constatado na Tabela 2, onde apresenta a participação dos setores de atividade na composição do valor adicionado no estado ao longo do período de 2002 a 2016.

É possível observar algumas mudanças na estrutura produtiva no estado, alguns setores apresentaram variações positivas, no entanto, outros perderam parcela da participação no valor adicionado. O segmento da agropecuária, por

exemplo, apresentou participação acima de 10% em todo período, exceto em 2016 com apenas 8,0%. A participação desse setor pode estar atrelada ao crescimento da produção de soja e da extrativa vegetal. Além disso, vale mencionar o recuo da participação dos segmentos da atividade imobiliária, de educação e saúde privada, construção, indústria de transformação e transporte e armazenagem, entretanto, este último apresentou expansão significativa na participação no ano de 2016. (Tabela 2).

O grande setor da economia maranhense é o de serviços que representou no período em questão média de 54,4% do valor adicionado, sendo que os seus segmentos mais significativos são administração, educação, saúde pública (média de 24,2%) e atividade imobiliária (média 10,6%). Os outros setores, comércio, agropecuária indústria e construção civil, com médias 15,3%, 11,8%, 10,5% e 8,0%, respectivamente.

Tabela 2 Participação dos setores na composição do valor adicionado – Maranhão

Setores/Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agro.	12,8	15,6	15,2	13,3	10,2	11,2	14,8	11,4	11	11,2	10,3	11,4	10,8	10,4	8,0
Ind. Extrat.	0,2	1	1,6	1,6	1,4	1,1	2,4	1,7	2	2,5	1,8	2,2	0,8	0,8	0,2
Ind. Transf.	7,3	9,8	7,9	8	10	9,5	7	4,1	3,6	4,2	5,3	5,1	5,5	7,3	6,2
Eletricidade	1,9	1,6	1,9	1,9	2	2	1,7	2	2,1	2,4	3,2	2,9	2,2	3,2	4,3
Construção	9,4	7,5	5,7	4,7	10,4	5,6	6,9	8,6	9	9	9,3	8,7	9,4	8,4	6,6
Com. e Rep. de Veíc. Auto. e Motocicletas	11,4	12,9	13,6	17,7	14,8	15,8	16,1	18,5	17,5	15,1	15,4	15,2	15,6	14,5	15,3
Transp. e armazenagem	4,7	3	5,4	4,6	3,6	4,1	4,4	4,3	4,5	5,2	4,6	3,9	4,5	3,7	6,0
Alojamento e alimentação	1,8	1,9	2,1	2,2	2,4	2,8	2,5	2,5	2,8	2,8	3,9	2,5	2,9	2,4	2,6
Info. e Comunic.	2,1	1,9	2	2,1	1,8	2	1,5	1,3	1,3	1,3	1,2	1,4	1,2	1,2	1,0
Ativ. Finan.	2,5	2,1	2,1	2,2	2,1	2,3	1,9	2	2	1,9	1,8	1,9	2,1	2,5	2,7
Ativ. Imob.	13,3	11,5	11,3	10,8	9,9	11,2	10,2	10,4	10,2	9,7	8,7	10,9	10,5	10,0	10,1
Serv. Prest. Empr. Privada	3,0	3,8	3,8	3,6	4,3	3,3	3,6	3,4	4,3	4,8	5,3	4,7	4,9	3,9	3,8
Adm., Educ., Saúde	23,5	22,3	22,2	22,7	22,4	24,2	22,7	25,3	25,4	25,6	24,8	24,4	24,6	26,2	27,1
Educ. e Saúde Priv.	3,6	3	2,8	2,2	2	2,1	1,8	1,9	1,8	2	2,2	2,4	2,6	2,8	3,1
Outros serviços	2,5	2,1	2,5	2,4	2,8	2,8	2,4	2,7	2,4	2,3	2,3	2,6	2,5	2,9	2,8

Fonte: IBGE/Contas Regionais (respectivos anos). Elaboração própria.

Os resultados da estrutura produtiva e da dinâmica da economia maranhense nos anos 2000 podem ser analisados, também, pelo desempenho do mercado de

trabalho, o que contribui para constatar as principais atribuições da concentração de capital do estado nos últimos anos.

A dinâmica do mercado de trabalho maranhense será apresentada, por setores de atividade, na Tabela 3, a seguir, para uma população economicamente ativa sendo representado pelo volume de empregos formais e pela participação dos principais setores de geração de empregos no estado dos anos 2002 a 2017.

Percebe-se, pela Tabela 3, como o mercado de trabalho do Maranhão representa a concentração das atividades econômicas no estado, sendo que foi analisado na Tabela 2 que os grandes setores de serviços e de comércio representam média de 69,7% do valor agregado do produto, e que, conseqüentemente, refletem em mais da metade da geração de empregos formais no estado nos anos analisados.

Tabela 3 - Volume e participação dos grandes setores da geração de emprego formal no Maranhão de 2002 a 2017

	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
2002	27514	8,3	15257	4,6	51045	15,5	229632	69,6	6487	2,0	329935
2003	28290	8,1	13331	3,8	56072	16,1	242792	69,6	8276	2,4	348761
2004	28812	7,8	15858	4,3	62970	17,0	252649	68,2	10081	2,7	370370
2005	30313	7,6	17401	4,3	69217	17,3	271798	67,9	11425	2,9	400154
2006	34939	8,0	21538	4,9	77215	17,7	289400	66,2	14341	3,3	437433
2007	39944	8,3	28906	6,0	86457	17,9	310007	64,2	17624	3,6	482938
2008	42610	7,9	40482	7,5	94890	17,6	344824	63,9	17204	3,2	540010
2009	40388	7,2	40453	7,2	103050	18,3	360889	64,2	17495	3,1	562275
2010	43996	6,9	59688	9,4	118404	18,6	396643	62,3	17894	2,8	636625
2011	46908	6,9	60863	9,0	127083	18,8	420689	62,3	19731	2,9	675274
2012	48273	6,9	59643	8,6	136353	19,6	432425	62,1	19654	2,8	696348
2013	51190	7,1	58326	8,1	142878	19,8	450443	62,4	18653	2,6	721490
2014	49840	6,7	56455	7,6	151348	20,5	462274	62,6	18909	2,6	738826
2015	48703	6,7	50119	6,9	152045	21,0	454586	62,9	17413	2,4	722866
2016	45851	6,5	36985	5,3	149122	21,3	450008	64,3	18234	2,6	700200
2017	43222	6,1	36592	5,1	146239	20,5	467742	65,6	19256	2,7	713051
Média	40675	7,3	38244	6,4	107774	18,6	364800	64,9	15792	2,8	567285

Fonte: MTE/RAIS (respectivos anos). Elaboração própria.

Na totalidade de empregos formais criados no período em questão, 83,5%, em média, foram dos setores de serviços (64,9%) e comércio (18,6%). Houve perda de participação da indústria que saiu de 8,3% em 2002 para 6,1% em 2017. Esse recuo confirma o que foi apresentado na Tabela 2, a perda de participação do setor indústria, principalmente da indústria de transformação no valor adicionado.

O setor de atividade da construção civil apresentou aumento de participação no período analisado, no entanto verifica-se variação na sua dinâmica, com expansão da participação no meio no período, de 2008 a 2013, sendo consequência da política do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e também do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Já no final do período, de 2014 a 2017, o ramo da construção civil sofreu redução na geração de empregos formais, em contrapartida da crise econômica e política brasileira.

A despeito de poucos setores da atividade econômica possuir grande parcela de concentração de empregos formais no estado, houve crescimento no total de empregos formais no período, exceto nos anos de 2015 e 2016, na qual perderam-se postos de trabalho. A média do total foi de 567.285 empregos formais, aumento de 116% na criação de empregos, em termos relativos, confrontando o volume de empregos formais de 2017 (713.051) com o de 2002 (329.935).

Apesar das taxas médias de crescimento de empregos formais no estado do Maranhão, em boa parte do período analisado, serem maiores do que os dos planos nacional e regional, isso não se configura em recuo da desigualdade de rendimentos médios mensal dos trabalhadores maranhenses em comparação com o Brasil e o Nordeste. A Tabela 4 mostra o rendimento médio das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas no plano nacional, regional e no estado.

Os rendimentos dos trabalhadores têm aumentado ao longo do período de 2001 a 2015, sendo parte integrante da política de governo de valorização do salário mínimo, bem como da dinâmica do crescimento econômico. Percebe-se que esse aumento não se traduziu na proximidade dos rendimentos médios nacional e regional, em 2015 o rendimento médio do Brasil ficou em R\$ 1.727, enquanto que o Nordeste e o Maranhão ficaram em R\$ 1.074 e R\$ 895, respectivamente.

Tabela 4 - Rendimento médio - BR, NE e MA – de 2001 a 2015

Brasil, Nordeste e Maranhão	Rendimento médio													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	525	561	611	645	704	782	851	936	1.002	1.239	1.385	1.527	1.631	1.727
Nordeste	286	304	328	363	394	461	493	568	620	774	881	972	1.005	1.074
Maranhão	246	259	294	339	299	430	415	506	594	602	759	807	795	895

Fonte: IBGE/PNAD (respectivos anos). Elaboração própria. Nota: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos (em R\$).

A Tabela 5 apresenta o coeficiente de Gini² dos anos de 2001 a 2014, que demonstra a relação da valorização do salário médio do trabalhador maranhense com a redução da concentração do nível de renda por domicílio no estado, chegando, assim, mais perto dos níveis do Brasil e do Nordeste. Vale lembrar que o aumento das posições dos rendimentos domiciliares não caracteriza, necessariamente, avanço na distribuição de renda de todos os trabalhadores maranhenses.

Tabela 5 - Coeficiente de Gini da renda – de 2001 a 2015

Brasil, Nordeste e Maranhão	Coeficiente de Gini													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	
Brasil	0,596	0,589	0,583	0,572	0,57	0,563	0,556	0,546	0,543	0,531	0,53	0,527	0,518	
Nordeste	0,6	0,595	0,585	0,583	0,571	0,573	0,564	0,558	0,558	0,544	0,542	0,537	0,516	
Maranhão	0,572	0,567	0,576	0,609	0,521	0,595	0,555	0,521	0,538	0,542	0,609	0,560	0,529	

Fonte: IPEADData/Dados Regionais (respectivos anos). Elaboração própria.

Ao longo das décadas, o mercado de trabalho maranhense vem exigindo um nível maior de escolaridade, como podemos observar na Tabela 6, onde apresenta o volume de empregos formais por nível de escolaridade no período de 2012 a 2017. A maioria dos empregados formais tem grau de instrução de ensino médio completo e ensino superior completo.

O nível de escolaridade desses empregados aumentou, bem como se deixou de contratar profissionais com instrução menor, se pegarmos os volumes de

² O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

empregos formais de 2012 dos níveis mais baixos de escolaridade e compararmos com o ano de 2017, percebe-se que diminuiu os que se consideravam analfabeto indo até os que tinham ensino fundamental completo, no entanto, houve aumento no período em questão dos demais níveis de escolaridade, inclusive daqueles que não conseguem terminar o ensino médio, sendo que nos últimos anos (2016 e 2017) esses números vêm caindo. As exigências do mercado de trabalho formal no estado no ano de 2017 estão voltadas para aqueles que têm ensino médio completo (54,2%) e ensino superior completo (22,3%).

Tabela 6 - Volume de Empregos Formais por Grau de Instrução - Maranhão

Grau de Instrução	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Analfabeto	3.592	3.558	3.313	3.013	2.610	2.487
5ª série incompleta do Ensino Fundamental	20.066	18.625	19.523	17.332	14.127	13.538
5ª série completa do Ensino Fundamental	17.354	15.725	15.937	14.404	11.230	11.052
9ª série incompleta do Ensino Fundamental	29.697	28.580	26.717	24.813	21.343	20.188
Ensino Fundamental completo	87.940	115.630	87.536	52.100	53.975	49.990
Ensino Médio incompleto	32.897	32.488	30.523	56.391	54.358	49.922
Ensino Médio completo	360.709	373.353	404.825	397.107	383.452	386.357
Superior incompleto	17.186	17.554	19.104	19.855	21.130	20.164
Superior completo	126.907	115.977	131.348	137.851	137.975	159.353
Total	696.348	721.490	738.826	722.866	700.200	713.051

Fonte: MTE/RAIS (respectivos anos). Elaboração própria.

Para entendermos melhor a relação da educação com o desenvolvimento econômico, sentiu-se a necessidade de mais uma informação a cerca da escolaridade da população, sem ficarmos restritos somente aqueles que estão dentro do mercado de trabalho formal. Na Tabela 7, a seguir, podemos observar a participação de cada nível de instrução no total da população, nos anos mais recentes, de 2012 a 2017, tanto no plano nacional quanto no plano regional, focalizando o Estado do Maranhão.

Observa-se que a maior participação da população no geral se insere no nível de instrução com ensino fundamental incompleto, sendo que no Maranhão esse percentual é ainda maior. Em todos os cenários (Brasil, Nordeste e Maranhão) houve aumento da participação nos anos a mais de educação, com os ensinos médio e superior. No entanto, o Estado não acompanhou o ritmo de crescimento

como os outros planos nacional e regional, enquanto o Nordeste saltou de 5,25% com ensino superior completo em 2012 para 7,1% em 2017, o Maranhão conseguiu avançar de 3,3% para 4,9%.

Tabela 7 – População por níveis de instrução -BR, NE e MA

	Nível de Instrução	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	13,6	13	12,6	12,2	12,2	11,1
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	37,3	36,7	35,6	35,1	34,1	34,3
	Ensino fundamental completo ou equivalente	9,7	9,7	9,9	9,4	8,9	8,5
	Ensino médio incompleto ou equivalente	6,4	6,3	6,5	6,5	6,7	6,9
	Ensino médio completo ou equivalente	20,8	21,5	22,1	22,4	23,1	23,6
	Ensino superior incompleto ou equivalente	3,6	3,7	3,8	4,1	4	4,3
	Ensino superior completo ou equivalente	8,7	9,1	9,6	10,4	10,9	11,3
	Total	100	100	100	100	100	100
Nordeste	Nível de Instrução						
	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	20,35	19,8	18,9	18,5	18,3	17
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	39,6	39,2	38,5	37,9	37,4	37,6
	Ensino fundamental completo ou equivalente	8,1	8,2	8,3	7,8	7,3	7,2
	Ensino médio incompleto ou equivalente	6,2	6,1	6,3	6,4	6,9	6,9
	Ensino médio completo ou equivalente	18	18,6	19,2	19,9	20,4	21,1
	Ensino superior incompleto ou equivalente	2,6	2,7	2,9	3,1	3,1	3,1
	Ensino superior completo ou equivalente	5,3	5,4	5,8	6,5	6,7	7,1
Total	100	100	100	100	100	100	
Maranhão	Nível de Instrução						
	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	22	21,1	19,9	20,5	20,4	19,1
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	40,3	39,9	39,5	39	38	37,7
	Ensino fundamental completo ou equivalente	9,1	9,3	9,4	8,7	8,1	7,9
	Ensino médio incompleto ou equivalente	6,3	6,4	6,7	6,8	7,4	7,2
	Ensino médio completo ou equivalente	17,3	18	18,5	18,8	19,7	20,8
	Ensino superior incompleto ou equivalente	1,8	1,9	2	2,2	2,2	2,3
	Ensino superior completo ou equivalente	3,3	3,4	3,9	4	4,3	4,9
Total	100	100	100	100	100	100	

Fonte: IBGE/PNAD (respectivos anos). Elaboração própria.

Ao analisar a população do Estado do Maranhão ao longo do período, observamos que no ano de 2012 (71,4%) possuía até o ensino fundamental completo, esse percentual vem diminuindo lentamente, chegando ao ano de 2017 com (64,7%) da população, sinalizando, ainda, a baixa qualificação.

Mesmo com aumento do nível de instrução da população em geral, a região Nordeste e principalmente o estado do Maranhão não consegue acompanhar o avanço da educação do plano nacional, impulsionado pela formação centro-sul do país. Assim, a dinâmica da economia maranhense não caracteriza resultado de investimentos para o desenvolvimento econômico, mas uma adaptação dos meios produtivos aos anseios dos grandes centros dinâmicos do país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do capital humano faz uma análise sobre a relação entre educação, nível de atividade e remuneração. Antes da sua publicação, vários economistas clássicos abordaram o assunto de forma indireta e expuseram seus preceitos quanto à temática. O autor da teoria define o acúmulo do capital humano como o principal caminho para o crescimento econômico, pois interfere diretamente no aumento da renda do indivíduo, e por consequência, no investimento em outros setores da economia.

O acúmulo do capital humano é definido a partir de um conjunto de habilidades humanas e a saúde, sendo que estas habilidades compõem não apenas a escolaridade, mas também o somatório dos treinamentos, projetos de pesquisa e experiências do indivíduo em uma determinada seara.

A dinâmica da economia maranhense pode ser comparada com os estudos dos teóricos da teoria do capital humano na medida em que o investimento em educação aumenta a produtividade e assim, a lucratividade. Percebem-se com as análises do PIB do estado, algumas mudanças na estrutura produtiva, sendo o grande representante o setor de serviços, impulsionando a economia maranhense, tendo como segmentos a administração pública do estado com gastos em educação e saúde, seguindo com o outro setor de comércio.

A estrutura produtiva também pode ser analisada pela tendência do mercado de trabalho e, no período analisado, constatou-se aumento da geração de empregos formais nesses setores que possuíam aumento da participação do valor agregado. No geral, houve crescimento de empregos formais no estado, mas isso não se configura em recuo da desigualdade de rendimentos, visto que os trabalhadores maranhenses recebem abaixo da média do Brasil e do Nordeste. O coeficiente que mede a desigualdade de renda reduziu ao longo dos anos, mas não caracteriza avanço na distribuição de renda de todos os trabalhadores e muitos ainda vivem em formas mais precárias das relações de trabalho.

Paralelamente à evolução da atividade produtiva no estado, o mercado de trabalho maranhense está se tornando mais instruído, pois as qualificações educacionais passaram a ser condição mais relevante no critério de contratação das pessoas. A população ainda carece de investimentos na educação, mesmo os dados tendo demonstrado aumento na participação dos anos a mais de instrução.

Diante da explanação dos pensadores que, de certa forma, abordaram a teoria do capital humano e dos dados sobre o nível de atividade no Estado do Maranhão é possível constatar que parece haver indicativos de existência de uma relação, positiva, assegurada entre os postos de trabalho formal e o grau de instrução dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. 2nd ed. New York: Columbia University Press, 1975.

BLAUG, Mark, **A Metodologia da Economia, ou como os economistas explicam**, tradução de *The Methodology of Economics*, 2nd ed., 1992, Lisboa, Gradiva, 1994.

FONSECA, Eduardo Giannetti. O capital Humano na Filosofia Social de Marshall. **Revista de Economia Política**, vol. 12, n. 2 (46), pp. 64-87, abril-junho, 1992.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série **Contas Regionais**. Série de dados anos 2002 a 2016. (*site*). Disponível:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=5. Acesso: Jan/2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Série de dados anos 2001 a 2017. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2017/default.shtm>. Acesso: Jan/2019.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata/Dados Regionais**. Série de dados anos de 2001 a 2014. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso: Dez/2018.

MARSHALL. A. **Princípios de Economia**. Tradução Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O CAPITAL**, VOLUME I e II Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe; Editora Nova Cultural Ltda.; 1996.

MINCER, Jacob. **Economic Development, Growth of Human Capital and the Dynamics of Wage Structure**. *Journal of economics growth*, v.1m p.29-48, mar. 1995.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS - Relação Anual de Informações Sociais** –, dados 2002 a 2017. (*site*). Disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>. Acesso: Jan/2019.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano. Investimentos em educação e pesquisa.** Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas.** vol. I e II, 3ª ed. Trad. Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Recebido em: dezembro de 2020

Aceito em: janeiro de 2021